

# **EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO**

**Cintia Cristina Escudeiro Biazan**

UNICAMP

cintia.biazan@gmail.com

**Viviane Franzo Juliani**

UNICAMP

vfjuliani@gmail.com

**Palavras chaves:** Escolarização precoce; Educação Infantil; Ensino Remoto.

## **Introdução**

Declarada a pandemia mundial de COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), diversos setores da sociedade tiveram que adotar medidas de isolamento social como forma de combate e controle à disseminação do novo vírus. As instituições escolares precisaram adequar-se aos protocolos sanitários e com isso as aulas presenciais foram suspensas. No Brasil, as redes de ensino públicas ou privadas, adotaram o ensino remoto na busca em atender às crianças e suas famílias, prosseguir com os conteúdos escolares e cumprir o disposto no calendário escolar. O modelo adotado acometeu todas as etapas da educação básica, inclusive a Educação Infantil.

O trabalho apresentado é um recorte do estudo intitulado Educação Infantil e ensino remoto: a retomada da escolarização precoce em tempos de pandemia. A categoria eleita refere-se às atividades pedagógicas propostas às famílias com crianças na Educação Infantil. Pretende-se apresentar uma análise das formas de como sete municípios pertencentes a grande São Paulo - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Suzano - se posicionaram em relação à oferta e organização da Educação Infantil no período de isolamento social. A coleta de dados buscou informações de acesso público nos *sites* municipais. Recorreu-se a uma abordagem qualitativa que contou com pesquisa bibliográfica e análise documental (LÜDKE, ANDRË, 1986).

## **Desenvolvimento**

As mudanças inesperadas vividas no cotidiano pela população, revelaram alguns desafios enfrentados pela Educação Infantil brasileira, além de trazer novos para a reflexão. Um dos mais difíceis foi o de encontrar maneiras de trabalhar com a situação inesperada da suspensão das atividades presenciais, sem perder as especificidades da dessa etapa da Educação Básica, que tem como eixo central as interações e brincadeiras.

Quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) através do Parecer nº 05/2020, recomendou aos sistemas e redes de ensino de todos os níveis, a reorganização das atividades acadêmicas, não considerou as particularidades da Educação Infantil. Essa ação evidencia que os princípios e as concepções fundamentais da primeira etapa da Educação Básica ainda não estão consolidados no Brasil (CRUZ; MARTINS; CRUZ, 2021; GODOY; PIORINI, 2021). As

orientações propostas apontam para uma Educação Infantil como pré-requisito para as etapas posteriores.

O ensino remoto para a Educação Infantil acarretou a necessidade de produzir atividades, trazendo à tona a concepção mais difundida e ainda não superada: a função preparatória para o ensino fundamental (KRAMER, 1987; KISHIMOTO, 1988). “Ao longo da história da Educação Infantil em nosso país, a pré-escola assume a tarefa de “entregar” para o ensino fundamental crianças que preencham requisitos e alcancem padrões pré-estabelecidos de aprendizagem para as séries iniciais” (BIAZAN, MONÇÃO, 2020, p. 2) e, mesmo diante da situação atípica e de excepcionalidades decorrentes da pandemia, atividades de escrita, próprias do ensino fundamental, foram a prioridade para as turmas de 4 e 5 anos, como se fossem necessárias para a afirmação do processo escolar.

Os dados coletados evidenciaram essa concepção preparatória. Com exceção do município de Mauá, que não disponibilizou informações sobre as atividades pedagógicas em seu *site* municipal, os demais municípios se organizaram para enviar às turmas de creches e pré-escolas, atividades para serem realizadas em casa.

A organização pedagógica priorizou atividades utilizando de estratégias como: músicas, receitas ou histórias infantis para introdução do que seria trabalhado ao longo de uma sequência didática. A interação normalmente se deu por meio de entrega de atividades impressas ou orientações nas páginas virtuais dos próprios municípios. As famílias foram estimuladas a registrar através de fotos ou vídeos que poderiam ser postados nas redes sociais. Os materiais como cadernos ou folhas impressas, deveriam retornar para as unidades escolares como meio de comprovar a participação no ensino remoto.

O município de Ribeirão Pires, além de propostas semelhantes, também disponibilizou um conteúdo didático composto por 12 *cards*

divididos em três módulos: "Identidade e Nome Próprio", "Brincar, ler e Escrever" e "Apropriações Literárias", que, segundo o *site* municipal era um material "rico para a alfabetização, com desafios lúdicos".

Pôde-se constatar que houve a intenção de se manter o lúdico e a interação em muitas das propostas enviadas, contudo foi possível identificar a inserção de letras e números a partir da faixa etária dos 4 anos. Para as crianças de 5 anos a tônica das propostas foi a leitura e a escrita, com atividades de pontilhado e cópia; algumas exigiam o domínio do sistema alfabético para serem realizadas. Dados similares foram encontrados por CORREA e CÁSSIO (2020): "sugestões de atividades de traçado do alfabeto e das letras do nome, de repetição oral dos números", foram a prioridade durante o ensino remoto para a Educação Infantil.

## **Conclusão**

A maneira como a infância é concebida na esfera pública é fundamental para determinar ações futuras de programas e de políticas públicas (ROSEMBERG, MARIANO, 2010). Pode-se afirmar que propor ações em ensino remoto para a Educação Infantil sem levar em conta toda a especificidade que essa etapa necessita, revela mais uma vez como as políticas contemporâneas para a infância são influenciadas por modelos padronizados e com reduzido investimento público.

A Educação Infantil ainda se encontra colonizada e submetida aos ditames do Ensino Fundamental (MOSS, 2011). Para romper com essa realidade, há a necessidade em que haja clareza que a concepção de Educação Infantil deve ser aquela que se concentre nos direitos à infância, pois, diferentemente das demais etapas da educação básica, que pautam os seus currículos organizados por conteúdos escolares, o currículo proposto para a Educação Infantil, de

acordo com o artigo 3º das DCNEI (BRASIL, 2009), é marcado pela construção de experiências educativas predominantemente interativas.

A pandemia e o ensino remoto evidenciaram ainda que há a falta de diálogo entre famílias e escola, bem como a necessidade de conhecimento, discussão de concepções e propostas pedagógicas para que as instituições de Educação Infantil não sejam apenas o espaço em que as crianças fiquem enquanto os pais trabalham ou um espaço preparatório para o ensino fundamental.

## Referências

BIAZAN, Cintia Cristina Escudeiro, MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. O cenário da educação infantil após a implantação do ensino fundamental de nove anos. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, n.52, p.1-17, e13537, jan./mar. 2020.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 5/2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. 2020.

CORREA, Bianca, CÁSSIO, Fernando. Sem proteger crianças no isolamento, governos brincam de faz-de-conta. **Revista da Ponte**, abr. 2020.

CRUZ, S. H. V.; MARTINS, C. A.; CRUZ, R. C. A. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 147-174, jan./jan., 2021.

GODOY, P. L. de; PIORINI, C. S. Atividades não presenciais para a Educação Infantil? Reflexões acerca das orientações do Conselho Nacional de Educação em tempos de Pandemia. *In*: MONÇÃO, Maria

Ap. Guedes; BARBOSA, Luciane M. Ribeiro (org.). **Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940).** São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU. 1986.

MOSS, Peter. Qual o futuro da relação entre educação infantil e ensino obrigatório? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 142, abr. 2011. p. 142-159.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol.40, n.141, p.693-728, set./dez. 2010.